

## IMPASSE DEMOCRÁTICO: ENTREVISTA COM BEATRIZ BISSIO E JAIRO NICOLAU

DEMOCRATIC IMPASSE: INTERVIEW WITH BEATRIZ BISSIO AND JAIRO  
NICOLAU

*Entrevista realizada por Lucas Burgos e Luiz Paulo Bittencourt*

Beatriz Bissio e Jairo Nicolau são professores do departamento de Ciência Política do IFCS/UFRJ. Em entrevista concedida à Revista *Habitus*, os professores discorrem sobre o cenário político brasileiro tratando dos seguintes temas: Junho de 2013, o processo de *Impeachment*, presidencialismo de coalizão, mídia e a atuação do cientista político. Beatriz Bissio é coordenadora do Núcleo Interdisciplinar de Estudos sobre Ásia, África e as Relações Sul-Sul (NIEAAS). Jairo Nicolau tem experiência áreas de eleições, sistema partidário, sistema eleitoral e reforma política.

**Revista *Habitus*:** *Obrigado por vocês terem aceitado o convite. Vocês poderiam falar um pouco mais sobre a trajetória acadêmica de vocês. Quais lugares de formação, por onde vocês passaram, como vocês se interessaram na área das ciências sociais?*

**Beatriz Bissio:** Bom, a minha trajetória é muito eclética, muito pouco representativa do que normalmente costuma ser uma trajetória acadêmica formal. Eu venho de uma formação inicial, ainda no Uruguai, na área de engenharia química, que na verdade foi uma escolha sentimental porque essa era a carreira dos meus pais. Minha mãe foi uma das primeiras engenheiras químicas do Uruguai. O fato de eu ter saído do Uruguai depois do início da ditadura me levou, na prática, a encontrar outros caminhos. E foi no jornalismo que eu iria exercer a maior parte da minha vida profissional. Fui membro da equipe fundadora, ainda muito nova e sem muita experiência, de uma revista da qual, ao longo do tempo, eu acabei sendo a editora e finalmente, a diretora: *Cadernos do Terceiro Mundo*. Depois lançamos mais duas revistas, *Ecologia e Desenvolvimento* e a *Revista do Mercosul*.

Tive uma experiência, portanto, de dirigir uma editora e coordenar a equipe de uma revista internacional, que foi muito fecunda e intensa. Tivemos sedes na Argentina, no México, e em Lisboa e representações em Luanda e Maputo, além de outras capitais africanas e latino-americanas. Numa época em que não existiam nem a internet nem as novas tecnologias da comunicação, um pequeno grupo inicial de jornalistas latino-americanos foi construindo uma rede internacional de jornalistas independentes que conseguiu manter vivo esse projeto ao longo de décadas. Através de venda direta e de assinaturas chegávamos a um público latino-americano e africano, com as edições em espanhol e português, e europeu, norte-americano e asiático, através da edição em inglês. Essa edição em inglês não teve tão longa duração quanta as outras, mais tornou a publicação conhecida em âmbitos muito extensos. Depois veio a experiência dolorosa de ter que fechar a editora, no início de 2006. Fui eu que tive a responsabilidade desse momento, que vivi de forma muito dramática. O nosso era um

jornalismo independente, numa etapa histórica da América Latina dominada pelas ditaduras. Resistíamos contra vento e maré, pagando um alto preço; ainda há jornalistas colaboradores de *Cadernos do Terceiro Mundo* na lista dos desaparecidos na Argentina, por exemplo, além de outros terem sido assassinados em outras partes do mundo. Eu comento sempre que tendo resistido a todo o ciclo das ditaduras, paradoxalmente, fui forçada a fechar a editora no governo Lula! Esse é um dos exemplos das contradições do processo político e da falta, do meu ponto de vista, de um projeto e de uma visão estratégica, da esquerda em geral, e particularmente no Brasil, sobre o poder, o papel e a importância da mídia. Quando eu percebi que a crise financeira da editora não ia permitir salvar o projeto, eu decidi voltar a estudar. O processo de fechamento da editora foi muito doloroso e hoje, em tom de brincadeira, eu digo que para consertar os meus neurônios naquela época muito comprometidos com esse drama de ver acabar um projeto ao qual tinha dedicado décadas da minha vida e que tinha servido para divulgar temas totalmente ausentes na grande mídia - eu tinha dois caminhos: ou ir para um psiquiatra ou voltar a estudar. Decidi retornar aos livros, ao estudo, e fiz o meu doutorado.

Escolhi um dos temas que eu tinha trabalhado como jornalista: o pensamento árabe e o Islã. Na experiência com *Cadernos do Terceiro Mundo*, ao longo de várias décadas, eu fiz a cobertura de diferentes aspectos da realidade latino-americana, africana e do Oriente Médio, inclusive participei da cobertura de várias guerras. Estava em Beirute, por exemplo, em junho de 1982, quando a cidade foi bombardeada e o Líbano invadido pelas forças militares israelenses comandadas por Ariel Sharon. Também tive a experiência da cobertura de guerras de posições, a guerra terrestre, com a artilharia como ator principal, como foi em Angola e em Moçambique. No Iraque, numa das minhas visitas, tive a ocasião de vivenciar o cenário final da guerra Irã-Iraque, perfazendo por terra o percurso de Bagdá a Basra. Enfim, a opção pela vida acadêmica se apresentou em um momento em que eu necessitava dar uma nova direção à minha vida.

Por uma questão de vocação, eu sempre gostei da docência. Ministrei muitíssimas palestras, em diferentes países, e também em muitos cursos de jornalismo, informais; dei cursos de jornalismo em Angola, por exemplo, nos primeiros anos posteriores à independência. Na altura era necessário formar jornalistas trabalhando com jovens que não tinham nenhuma base prévia, mas aquilo era uma necessidade histórica: o país não tinha quadros em nenhum terreno e era necessário reorganizar toda a comunicação. Então, o Movimento Popular de Libertação da Angola (MPLA) convidou-me para essa tarefa. Sempre gostei muito de trabalhar com jovens e, na verdade, me sinto muito privilegiada, nesta etapa da minha vida, por lecionar nesta universidade. Eu tenho uma grande admiração e dou extraordinário valor ao papel social da universidade pública. Nenhum país que aspire ao desenvolvimento poderá fazê-lo à margem de uma boa Universidade pública, laica, gratuita. E tenho um especial carinho, claro, pela nossa UFRJ!

As minhas disciplinas e as minhas pesquisas como acadêmica, como docente desta casa, continuam sendo aquelas que eu comecei no jornalismo: continuo trabalhando com o Islã,

Oriente Médio, África, Ásia e as relações Sul-Sul, sem deixar de lado a América Latina, já que sou uma latino-americana nascida no Uruguai, que morou no Peru e no México e há três décadas adotou também o Brasil como pátria. Estudo, também, o papel da mídia na sociedade contemporânea – um assunto chave hoje, do qual eu tenho a longa experiência do vivido – e o tema do diálogo entre as civilizações. Considero o debate sobre esse último tema muito necessário. Temos que desconstruir, com argumentos históricos e teóricos, essa visão que a mídia contribui a formar, de que o Ocidente estaria fadado a um confronto com o Islã, que o muçulmano seria esse “outro” com o qual não há nenhuma identificação possível, não existe ponte a ser estabelecida. Esse tipo de abordagem, além de ter consequências dramáticas, falseia a história. Foi através dos sábios muçulmanos, por exemplo, que o Ocidente redescobriu o pensamento grego, principalmente de Aristóteles. Trata-se, então, de uma construção política de objetivos claros, para a qual grande parte da mídia, consciente ou inconscientemente, se presta como caixa de ressonância. Eu venho trabalhando todos esses temas.

**Jairo Nicolau:** Olha, eu sou de uma geração que chegou à adolescência no governo Figueiredo na transição do regime autoritário para o regime democrático, e eu fui muito estimulado por esse momento. A ideia de fazer ciências sociais me veio por conta dessa magia do período de transição, dos novos partidos, das eleições de 1982, daquele ambiente impressionante que foi no Brasil o governo Figueiredo no qual boa parte dos meus colegas também estavam envolvidos com essa militância estudantil, sindical, da associação de bairro, do trabalho pastoral, enfim, todas as formas de ação possíveis que minha geração podia se envolver.

Com isso acabei indo naturalmente para um curso em que isso pudesse ter passagem, que era o curso de ciências sociais. Como eu sou do interior, de Friburgo, o curso na UFF é sempre o mais próximo, porque Niterói era a capital do antigo Estado, então nós do interior vamos muito mais para lá do que para o Rio. Então eu fiz minha graduação na fluminense e já tinha meus pendores para a ciência política, a disciplina que eu mais gostava. Acabei fazendo mais eletivas nesta área, depois fiz estágio e trabalhei durante alguns anos no IBASE (Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas), onde eu pude dar mais vazão ainda para esse lado que conectava universidade com movimentos sociais, com os trabalhos comunitários, mas depois senti a necessidade de fazer uma pós-graduação. Não tinha muita noção do que fosse uma pós-graduação, mas acabei no IUPERJ. Entrei em 1988, fiz meu mestrado e em sequência meu doutorado, e depois me contrataram como professor. Então, entre 1988 e 2011, que foi quando eu saí do IUPERJ, eu passei minha vida praticamente toda lá, primeiro como aluno e depois como professor.

Com 17 anos na casa, eu era o diretor na época em que o IUPERJ fez a transição para a UERJ e eu me vi um pouco impelido a buscar outras experiências pessoais, profissionais; o processo foi muito doloroso para mim pessoalmente e eu aproveitei e fiz o concurso para a UFRJ. Isto foi em meados de 2011 e assumi minha cadeira no final de 2011, e sigo até hoje. Para mim foi uma experiência muito rica, depois de 17 trabalhando só na pós-graduação eu estou a 5

anos só ensinando, basicamente, para a graduação. Não acho que está sendo o fim do mundo. Os meus colegas que estão muito tempo na pós-graduação creditam que a graduação é um fim de linha na biografia. Eu estou muito feliz com os alunos que eu tenho, acho que tem sido uma experiência profissional e pessoal muito interessante para mim. Continuo direcionando parte da minha vida para além da graduação, escrevendo meus textos, circulando um pouco pelo meio acadêmico brasileiro, em bancas, seminários e eventos, e eventualmente até no debate político mais aberto, sobre a reforma política, instituições, sobre a crise. Então, tem sido uma temporada ótima e estou muito tranquilo aqui na UFRJ.

**Revista Habitus:** *Recentemente nosso país vem passando por processos políticos de bastante relevância histórica. Principalmente se considerarmos esse curto período que abrange as manifestações de 2013 e o recente processo de impeachment. Como vocês avaliam a atuação do cientista político diante deste cenário? Qual é para vocês o papel político da academia em meio a esse processo, considerando a possível extinção do Ministério de Ciência e Tecnologia?*

**Beatriz Bissio:** Eu vou responder como cidadã, pois na minha pesquisa, na verdade, como já expliquei, eu trabalho temas de política internacional. Lógico que o Brasil também está inserido na política internacional, e um dos temas relevantes da nova agenda são os BRICS, tema que venho acompanhando. O Brasil tem um peso muito significativo nos BRICS porque através dele incorpora-se a América Latina, ou pelo menos a América do Sul, aos BRICS. Mas enfim, outros aspectos relativos à política doméstica brasileira não são objeto da minha área de pesquisa acadêmica. Porém, evidentemente como cidadã deste mundo eu também acompanho, dentro das minhas possibilidades, esses temas. A possibilidade de extinção do Ministério de Ciência e Tecnologia eu imagino que não passe de especulação. Nenhum país - particularmente um país com as dimensões e potenciais do Brasil - pode construir um futuro autônomo, soberano, com pleno desenvolvimento, sem pesquisa na área de ciência e tecnologia, aliás, sem pesquisa em geral. Nós da área de humanas temos que defender as pesquisas da nossa área. As nossas disciplinas são essenciais para a formação do cidadão, da cidadania. Não há democracia sem cidadania. Cada vez mais é necessária uma reflexão sobre o significado mais profundo e as implicações amplas da democracia. E para esse debate o nosso curso sem dúvida contribui. Sem esse tipo de debate não há fortalecimento democrático. É impossível pensar em uma democracia sólida sem uma sociedade que tenha incorporado profundamente o compromisso com o conceito de cidadania e para esse conceito pensemos na importância da educação e, dentro da educação, na importância das disciplinas na área das Humanidades.

Com relação ao tema do devir político do nosso país, é preocupante! Estão sendo implementadas medidas, particularmente na área que nos afeta diretamente, em relação à educação pública, que são muito ameaçadores para um projeto de um Brasil soberano, independente. Eu espero que não prosperem, porque o país não pode dar as costas à construção de seu futuro. Hoje em dia a situação está muito incerta. São muito assustadoras as perspectivas

de curto e médio prazo; mas ainda guardo a esperança de que o panorama mais negativo não se concretize. E se se concretizar, devemos lutar para reverter a situação.

**Jairo Nicolau:** Nós estamos vivendo a crise política mais severa desde a redemocratização. Uma crise em que é difícil saber aonde ela começou, pois ela tem componentes únicos. Acho que as manifestações de 2013 mostraram que um segmento expressivo da sociedade brasileira, majoritariamente jovens, estavam naquele momento insatisfeitos com a política, com o sistema político, com os partidos. Considero que esse foi o primeiro alerta de um certo mal-estar difuso. Estar nas ruas uma juventude que basicamente militava em frente ao seu computador foi uma novidade impressionante. De lá para cá eu tenho que às vezes lavar o rosto, tomar um café para ter certeza de que o que estou vendo realmente está acontecendo. Nesse período, particularmente desde a eleição de 2014 até os dias que correm, chegou semana em que um dia tinha três, quatro episódios impressionantes. Então, tem muitas cenas dramáticas dessa crise toda; uma das mais significativas foi quando eu acordei e fui ler um jornal online e vi um soldado, com uma arma possante na porta da casa do Lula, e a casa dele tinha sido invadida, ocupada para uma investigação. Estava acontecendo uma condução coercitiva.

E tem várias outras cenas, como a própria Dilma entrando no legislativo, saindo do Planalto. Os três milhões de pessoas na rua, em um mesmo domingo, pedindo a sua saída. São muitos eventos, muitas imagens, e é difícil para um cientista político, alguém que estuda política brasileira dar conta do que se está passando, daquilo que aconteceu, do estrago que fez o Eduardo Cunha, da crise do Partido dos Trabalhadores, do escândalo da Petrobrás, são tantos eventos, são tantos fios que estão sendo puxados, que a gente fica “zozzo”. Como pensar há 5 anos atrás que o ex-presidente não poderia tomar posse como ministro de outro. Um ex-presidente se tornar ministro de Estado já seria pouco provável, mas não lhe ser permitido a posse, por razões inerentes ao conflito daquele momento, é algo ainda mais impressionante. O próprio afastamento da presidente Dilma, que eu acho que ninguém imaginava há meses atrás que acontecesse. As coisas aconteceram de maneira muito rápida, uma mudança de papel das instituições, dos atores, como por exemplo, a cassação do Eduardo Cunha, meses atrás um dos homens mais poderosos da República. Então, por tudo isso a gente vive um momento excepcional e que eu digo para meus colegas que a gente precisa ter humildade analítica para tentar entender e até refazer alguns de nossos estudos, das nossas premissas em relação à essa política. Não está fácil entender o que se está passando no Brasil.

Eu acho que um cientista político tem duas dimensões, uma é a cívica, em que cada um tem suas escolhas. Há cientistas políticos que, como acontece em qualquer outra profissão, são mais ativos politicamente, outros mais recatados, cada um faz sua escolha. Há também a dimensão acadêmica, ou seja, às vezes os temas que nós estudamos podem ser um subsídio para o debate. Quem estuda por exemplo políticas públicas tem dado contribuições importantes para o entendimento e para avaliação de políticas de saúde, econômica, combate à desigualdade; quem estuda instituições, para entender as instituições, o comportamento político

brasileiro. Nesse sentido acho que a ciência política pode ser muito útil nesse desafio de tentar entender o Brasil. Por outro lado, eu não acho que todo cientista político, nem aqui, nem em qualquer lugar do mundo, e em nenhuma profissão na área de humanidades, todos os cientistas são envolvidos em uma atividade explícita de militância. Creio que isso dependa do estilo de cada um, do envolvimento e às vezes até do tema que estuda. No meu caso, que estudo sistemas eleitorais e representação, sou levado a participar debates em que colegas meus não participam diretamente. Então é um desafio muito grande para os cientistas políticos numa conjuntura, sobretudo como essa, de trazer subsídios para a gente pensar melhor o que está se passando com a política brasileira.

Por fim, sobre o ministério eu posso falar que é um erro, um equívoco terrível e desnecessário terminar com o Ministério da Ciência e Tecnologia. Eu acho que o Ministério já vinha sofrendo intervenção política desnecessária, eram indicados ministros pessoas que não tinham nenhuma familiaridade com o mundo da ciência e tecnologia. Acho até que esse Ministério não deveria ser oferecido à políticos, mas à professores, reitores, às pessoas que fazem a ponte da ciência com o mundo da política. E foi uma ação totalmente desnecessária, criou uma animosidade no mundo científico, mostrou um desinteresse pela área de pesquisa que é fundamental para o país. Eu espero que pelo menos, se o Ministério não for recriado daqui a pouco, que a Secretaria de Ciência e Tecnologia receba um atendimento especial. Foi um grande equívoco.

**Revista Habitus:** *Quais autores vocês consideram relevantes para analisar esse atual quadro político?*

**Beatriz Bissio:** Eu gosto de muitos autores, mas acho que Maquiavel traz algumas reflexões que ainda são relevantes. Há aí uma questão central que é o estudo do poder, que é essencialmente o estudo da ciência política. Eu diria do “poder” corruptor do poder. Essa é a questão! Ou seja, Maquiavel retrata com crueza, o que se tem que fazer para a sobrevivência no poder. Pensemos se essa visão de Maquiavel não retrata bem a atuação de muitos dos que hoje entram na carreira política. Estão dispostos a pagar qualquer preço e a fazer qualquer coisa para se manterem no poder.

É preciso voltar aos conceitos mais antigos, que estão presentes nos pensadores anteriores à era cristã, seja na China, seja na Grécia, da política como o instrumento para a construção do bem comum. Eu incluí, neste semestre, Confúcio na disciplina Introdução à Ciência Política. Eu visitei a China em maio deste ano e fiquei muito impressionada com o estudo e o culto (no bom sentido), com a reflexão que ainda está tão presente na sociedade chinesa sobre o legado de Confúcio e o confucionismo, abrangendo sobretudo a parte da ética na política. Eu acho que é isso que hoje está no âmago dos nossos problemas. Apesar de eu ser cidadã brasileira naturalizada desde a época dos anos 80 e ter vivido mais anos aqui no Brasil do que vivi na minha pátria originária que é o Uruguai, lá (no Uruguai) eu tive meu “batizado” de militância

política. A forma de se fazer política no Uruguai é muito diferente da forma de se fazer política no Brasil.

Ainda quando eu vou para o Uruguai muitas pessoas me dizem: “ah, mas você tem uma visão do Uruguai dos anos 70 que já não é mais o mesmo, muita coisa mudou”. Sim, em parte sim, mas ainda, afortunadamente, algumas coisas não mudaram. Uma determinada ética ainda é exigida para quem aspira a participar na vida política, a exercer cargos públicos. A sociedade não aceita determinadas práticas. Isso é o que às vezes ainda me chama a atenção, aqui. Ainda percebo em mim esses traços originários da minha formação política que vem da cultura política uruguaia. A sociedade uruguaia não aceita determinadas atitudes. Por exemplo, não aceita a possibilidade de “virar a casaca”, ou seja, de hoje estar num partido e amanhã estar em outro. Isso é muito difícil de ser aceito na sociedade uruguaia. Se uma pessoa que teve uma atuação relevante e significativa num determinado partido depois muda para outro que é o avesso, não tem futuro, acabou! Outra questão é relacionada ao que é o bem público. Esse conceito na sociedade uruguaia está bastante mais desenvolvido do que aqui: o que é público é de todos nós. Então há um respeito maior pelo que é público. E finalmente é diferente a estrutura político-partidária. Eu não consigo entender como se aceita que o país tenha 35 partidos políticos registrados pela Justiça Eleitoral. Não há trinta e cinco ideologias possíveis! Isso é um balcão de negócios. No entanto, isso se aceita. Essas questões estão relacionadas com a própria educação e com a própria estrutura partidária. Eu me iniciei na estrutura da vida política durante o processo de formação da Frente Ampla, que hoje é governo no Uruguai. Vários dos que foram ministros ou são atualmente ministros foram da minha geração, meus amigos. Nós tínhamos cursos de formação política, a gente estudava a história do nosso país, a tradição dos partidos, as estruturas, a Constituição, o que é o Parlamento, para que serve. Mas não estudava só no secundário, estudava também na vida política. Havia debates, seminários, cursos de formação. Portanto, a gente entrava numa militância e numa participação política com um arcabouço que dava consistência a essa atuação. Claro, o Uruguai é pequeno, tem três milhões e meio de habitantes, as questões lá são mais simples. Eu entendo que a complexidade de um estado federativo como o Brasil é outra. Mas algumas dessas questões talvez pudessem ser repensadas para começar um processo de recuperação no Brasil da Política com "P" maiúsculo, que está tão degradada!

**Jairo Nicolau:** Olha, eu não tenho lido textos de cientistas políticos e historiadores que me ajudassem a desvendar esse momento que a gente vive no Brasil. Eu acho que essa hecatombe que estamos passando é de tal magnitude que boa parte das premissas, das hipóteses dos estudos que nós fizemos sobre a política brasileira estão totalmente em “segundo plano”, digamos assim. Mas de qualquer forma eu sugeriria o clássico da interpretação política brasileira contemporânea que é o texto do Sérgio Abranches, *Presidencialismo de coalizão*. É um termo que está na mídia e esse texto é pouco lido, é um artigo da Revista Dados, mas é um texto muito interessante porque ele fala da especificidade da forma de governar o país, que o Sérgio chamou de presidencialismo de coalizão, com esse adjetivo, esse qualificativo. Embora



ele estivesse olhando para passado e o texto seja de 1988, ele nos ajuda muito a pensar as dificuldades de formação de coalizão, as crises do presidencialismo brasileiro. E também acho que como a gente está num período de falar realismo político, como a Beatriz lembrou do Maquiavel, eu também sugeriria duas leituras, que eu inclusive vou trabalhar com os meus alunos: o texto do Michels sobre os partidos políticos, que é de um realismo absurdo, escrito em 1911, mas mostra o poder da burocracia, como um partido de massas vai sendo dominado não só pela burocracia, mas por uma elite parlamentar que se descola das bases. E também a conferência clássica do Weber, *A Política como vocação*. Sobretudo os últimos parágrafos onde ele discute a separação entre ética e ação política, chamando atenção para a distinção dos fins últimos e a ética da responsabilidade.

**Beatriz Bissio:** São textos que dialogam com Maquiavel.

**Jairo Nicolau:** Sim! São textos que pertencem a tradição do realismo político.

**Beatriz Bissio:** Jairo, eu tenho uma questão que me inquieta, gostaria que você comentasse. Eu participei e acompanhei a discussão na época do plebiscito para o presidencialismo ou parlamentarismo. E, naquele momento, depois de votado o presidencialismo, se analisou - e aí justamente eu gostaria que você me confirmasse - que quando a Constituinte pensou o futuro do país, pensou um futuro parlamentarista. Porém, como o plebiscito rejeitou o parlamentarismo, voltou-se a colocar como sistema para o Brasil o presidencialismo. Eu me lembro que havia algumas vozes que em função disso deveria ser então repensada ou reavaliada a parte da Constituição de 1988 que dizia respeito justamente ao sistema de governo e às prerrogativas de cada um dos poderes, Legislativo e Executivo. Poderias explicar as consequências desse plebiscito e se essa discussão tem relação com os temas em debate atualmente no Brasil?

**Jairo Nicolau:** Na verdade, durante a Constituinte havia uma preferência, pelo menos da elite parlamentar, pelo parlamentarismo. Porém, o presidente Sarney e o que chamávamos de "Centrão", que era um grupo que abrangia um grupo parlamentar de centro-direita e o baixo clero amorfo, defendiam o presidencialismo. Então, o presidencialismo, nas últimas etapas de votação da Carta, venceu. O resultado foi uma Carta com certo aspecto parlamentarista, com algumas ideias, por exemplo, de dar muito peso ao Legislativo. E depois eles tiveram de remendar o texto, criando as medidas provisórias, que foi uma invenção de última hora para evitar que o Presidente ficasse muito sem força. Eles definiram, mantiveram, o presidencialismo, mas submetido a uma espécie de avaliação popular no plebiscito de 1993. E o presidencialismo ganhou por larga margem.

No plebiscito de 1993, só o PSDB e setores do PMDB defenderam o parlamentarismo. Também alguns partidos de esquerda. Mas, mesmo o PT, que na Constituinte defendia o parlamentarismo, com a eleição se aproximando e vendo a possibilidade de o Lula chegar ao poder em 1994, mudaram de posição em 1993 e apoiaram o presidencialismo. Então o presidencialismo passou. E depois, os bem-sucedidos governos do Fernando Henrique e do



Lula, por razões diferentes, deram um certo alento a ideia de que o presidencialismo funcionava bem. E em um modelo especial brasileiro, de grandes coalizões, de compartilhar o ministério com muitas forças políticas e com um componente regional também. E agora, com a crise mais pesada que esse presidencialismo vivenciou, no governo Dilma, ficou claro para todo mundo o que todos os teóricos dos sistemas de governo sabem: o presidencialismo é uma ótima forma de governo, até que ele viva uma crise acentuada. Ele não tem uma válvula de escape, uma saída para crises fortes que acontecem no meio do mandato. No parlamentarismo quando cai o gabinete ou se chamam novas eleições ou forma um novo gabinete. Em uma crise como essa que afetou o governo Dilma provavelmente, ou ela faria um novo gabinete ou o povo seria convocado a fazer uma nova eleição e transferir o poder para uma nova força política, como aconteceu na Espanha recentemente.

Então, tem esse aspecto: no presidencialismo, durante os momentos de crise, as pessoas dizem: "Nossa! Que sistema é esse que o governo acaba antes do tempo!". Você não tem o que fazer com ele! Foi o que aconteceu com o governo da Dilma. Em um ano ele envelheceu, sofreu boicotes, houve erros também do próprio governo na gestão econômica, o governo perdeu a popularidade, não conseguia aprovar mais nada no Congresso. O que é que se faz agora? A única possibilidade que é conferida no presidencialismo é o impedimento. E, lamentavelmente, a nossa lei de *Impeachment* é muito ruim. É uma lei antiga. Ela não é precisa. E nas sombras dessa lei que a oposição arrumou um pretexto para afastar a presidente.

**Beatriz Bissio:** Há quem defenda o plebiscito revogatório, que algumas Constituições presidencialistas têm introduzido, porque pelo menos nesse caso a decisão fica com a população, com o eleitorado.

**Revista Habitus:** *O que vocês pensam sobre a possibilidade de um referendo para novas eleições?*

**Jairo Nicolau:** A melhor saída para esse impasse que o Brasil chegou com o governo Dilma naquele ano de 2015 seria uma nova eleição. E transferir o poder para uma nova força política, que poderia ser, eventualmente, mesmo o PT ou outras forças. Mas, para isso, havia só duas possibilidades. A primeira seria a renúncia simultânea da presidente Dilma e do seu vice-presidente Michel Temer. Seria preciso um pacto muito grande entre lideranças do PT, do PSDB e do PMDB. Sentar numa mesa e dizer: "não dá mais pra Dilma. Ela vai renunciar, por razões políticas. Nós vamos convocar eleições porque a Constituição prevê isso daqui a três meses."

Mas isso, para ser feito, teria que ter um ambiente político menos polarizado. E lideranças de parte a parte, como por exemplo os ex-presidentes Fernando Henrique e Lula, sentassem à mesa e chegassem à um acordo. Essa saída se apresentou inviável: a Dilma não aceitou. No momento ela achou que podia continuar, que tinha força política, ainda que, por exemplo, em um ano não tivesse conseguido aprovar nada no Congresso. Se não tivesse essa hostilidade violenta, porque se não fosse o Cunha ter iniciado o processo de *Impeachment*, a

Dilma continuaria. Quer dizer, nunca na história presidencial brasileira um presidente da Câmara dos Deputados foi tão hostil à um presidente como Eduardo Cunha foi com a Dilma. Ele desestabilizou completamente a agenda parlamentar, a Dilma não aprovava mais nada. E, pelo contrário, ele aprovava medidas que boicotavam a política da Dilma. Que depois ganharam na imprensa o nome das 'pauta bomba'.

Então foi um ano terrível e uma saída da crise que se desenhou que seria essa, com outra eleição. A outra seria o TSE impugnar a chapa. Isto não está ainda descartado. Mas se isso acontecer, até dezembro desse ano, o que é remoto, aí tem novas eleições. Mas a partir do ano que vem seria eleição indireta, no Congresso. O que também seria péssimo. Seria um sonho se essa crise tivesse acontecido faltando alguns meses para acabar o governo Dilma e daqui a alguns meses nós tivéssemos uma eleição, mas o tempo que a gente tem pela frente é gigantesco: são dois anos, são 28 meses de governo Temer. É muito tempo. Então, é muito difícil você justificar uma redução do mandato. Qualquer político, quando é eleito, é escolhido para cumprir um mandato. Você não tem como constitucionalmente reduzir o mandato desse presidente. Alguns juristas, e eu tendo a concordar, consideram que isso é cláusula pétrea, você tem que cumprir o mandato pelo qual você foi eleito, você não pode ter a redução do seu mandato por uma negociação política nem por uma emenda constitucional. Então nós estamos atados pelas regras do nosso presidencialismo. Quer dizer, é uma crise política que eu acho que não vai se resolver, há uma enorme insatisfação de um terço da população brasileira e das forças políticas brasileiras que foram destituídas do poder e vão, digamos assim, atazanar a vida desse governo, e esse governo carece de um apoio social para passar as reformas que o Brasil precisa e a gente fica nesse impasse. A ideia das “Diretas Já” claro que é simpática, mas ela não é factível constitucionalmente. Nesse contexto não é, ainda que eu ache que teria sido a melhor saída lá atrás. Mas para isso teria de ter uma negociação política e a gente não tem atores para comandar um pacto desse naipe.

**Beatriz Bissio:** Eu concordo com o Jairo, me parece que não há uma fórmula para chegar a essas eleições. Nem sei, na verdade, se hoje em dia, com essa crise geral dos partidos, essa seria uma medida produtiva e construtiva. A maior parte da população está tão descrente de tudo, que nem sei quantos se sentiriam inclusive motivados a participar. Eu estou vivendo um momento de muita perplexidade, como o Jairo disse, de muitas perguntas com pouca capacidade de elaborar respostas sobre o que seria e o que será melhor. Acho que a única unanimidade nas forças mais progressistas é o “Fora Temer”, no sentido de uma rejeição a essa situação que herdamos. Mas, por outro lado, esse Fora Temer não tem consistência como proposta positiva: é uma proposta negativa, define o que não queremos. Tudo bem, não queremos o Temer. Mas não tivemos – e ainda não vejo no horizonte algum sinal disso – a capacidade de elaborar uma proposta positiva de curto prazo. O horizonte continua sendo a próxima eleição de 2018. E aí, de fato, até 2018, como vamos viver? De crise em crise? O que se apresenta, portanto, é um panorama de uma continuidade do desgaste político muito grande. Mas, na dinâmica do processo político, é nesses momentos de profunda crise que pode surgir

inesperadamente uma luz, uma força, uma proposta. Tomara que isso aconteça. Essa eleição municipal mostrou um desgaste em geral dos partidos políticos; o número de votos em branco e nulos em muitos casos superou o de votos válidos, fora o abstencionismo, mesmo com o voto obrigatório. Este momento, pela gravidade que tem, exigiria alguns gestos simbólicos direcionados para opinião pública. Um gesto simbólico neste momento, no meu humilde ponto de vista, teria sido uma candidatura única das forças progressistas à prefeitura, no caso do Rio de Janeiro, por exemplo. Com uma campanha contundente, explicando à população o que está em jogo a curto, médio e longo prazo. E, claro, teria sido necessário que o campo progressista abandonasse as alianças espúrias, esdrúxulas. Essas alianças eleitoreiras com as forças políticas e certas candidaturas que estiveram diretamente comprometidas com tudo o que aconteceu no país, rasgando a Constituição!! É necessário pensar que não se trata somente de procurar vitórias eleitorais, que a médio prazo se transformam em derrotas políticas. Não é possível continuar a pensar somente em somar votos, sem pensar nos compromissos que estão implícitos por trás do voto!

Eu acompanhei muitas lutas, em diferentes circunstâncias, momentos, países. Mas esta é a primeira vez em que me sinto desconcertada. Nenhuma mudança profunda virá no curto prazo. É um momento difícil, sem soluções rápidas para recompor o tecido político e o tecido social, que estão dilacerados. Este país teve grandes políticos; eu acompanhei alguns deles muito diretamente. Eles fariam falta neste momento. Seria necessário contar com dirigentes que, mesmo em campos opostos, tivessem uma retidão de conduta, uma coerência nas suas vidas públicas, que lhes permitissem colocar a defesa dos interesses nacionais, dos interesses das grandes majorias, em primeiro plano e não os interesses mesquinhos, pessoais, antes de mais nada. Vejo neste momento um grande desafio para os movimentos sociais, que ficaram em situação difícil durante os governos Lula e Dilma. É diferente fazer oposição a um governo reacionário – sem dúvida os campos estão mais claros, nesse caso - do que tomar posição perante um governo progressista, que necessita ser criticado muitas vezes, naquilo que o afasta de suas metas mais ambiciosas, ajudando-o a aprofundar o processo de mudança. Mas esse fio da navalha, esse limite entre o que é a crítica construtiva que ajuda a aprofundar o processo e a crítica reacionária tendente a desgastar o governo progressista é tênue. E, para piorar a situação, no Brasil não há uma mídia democrática. A mídia, salvo pequeninas e valorosas exceções, está comprometida com o capital financeiro e com os interesses antinacionais.

**Revista Habitus:** *O que vocês acham do papel da mídia, tanto no processo do impeachment quanto nos protestos de 2013, depois no Fora Dilma e no Fora Temer?*

**Beatriz Bissio:** Eu acho lamentável. Acho que grande parte da responsabilidade pela crise que o Brasil está vivendo, junto com certos partidos e lideranças e sem tirar a responsabilidade dessa esfera que a gente já analisou, está na mídia. É uma pena que esse diagnóstico não tenha sido feito adequadamente quando o país recuperou a democracia e também tenha ficado ausente durante os últimos governos. Eu pessoalmente não acredito na possibilidade de construção de

uma democracia sadia sem uma mídia democrática. A democracia exige uma mídia democrática. E mídia democrática significa uma mídia plural, uma mídia onde há uma possibilidade de confronto positivo de ideias, do debate construtivo de propostas, de projetos para a sociedade. Não é o que temos, lamentavelmente, aqui no Brasil. Essa mídia democrática poderia ter surgido e prosperado. Aliás, já existia, porque houve uma valorosa mídia alternativa que combateu a ditadura. O poder público tem instrumentos para fortalecer a mídia democrática. Existe uma enorme verba oficial para publicidade, que lamentavelmente continuou a ser direcionada para os grandes meios de comunicação comerciais, sendo a Rede Globo a que mais abocanhou recursos, em todo o período. Não se trata de promover uma mídia oficialista, situacionista, peleguista, não. Deveria ter sido incentivada uma mídia estatal de qualidade, orientada pelo respeito ao que é público e sob controle social. Esse tipo de meios de comunicação deveria ter existido se o Brasil tivesse colocado em prática o que ficou definido pelos constituintes em 1988. Mas não houve vontade política para isso. Rádios e TVs públicas que não são atreladas a quem está ocupando o governo eventualmente, mas ao Estado, o Estado com letra maiúscula, não existem no Brasil, mas existem em muitos países do mundo. É uma mídia plural, aberta aos mais diversos segmentos da sociedade. E também deveria ter sido promovida uma mídia vinculada aos movimentos sociais, aos sindicatos, aos professores, às comunidades. Essa mídia existe, mas sobrevive na penúria ou ainda pior, é perseguida, como acontece com as rádios comunitárias.

Com a volumosa verba oficial de publicidade repartida de forma mais transparente e democrática teria sido fácil arejar o universo da mídia. Esse tema ficou fora da agenda durante todos os governos do PT, apesar da luta dos jornalistas, dos comunicadores e dos movimentos sociais, que estão trabalhando há muito tempo em prol da democratização da comunicação. Eu acompanho essa luta; há propostas muito consistentes, mostrando o que poderia ter sido feito. Inclusive porque o Congresso tem a capacidade de dar as concessões de TV e rádios. E o que fizeram os congressistas foi distribuir muitas das concessões entre eles, apesar de proibido. Ou fecharam os olhos perante casos claríssimos de concessões vencidas, que poderiam ter sido retiradas. Mas sabemos que o “faz de conta” neste país lamentavelmente é o que mais se vê. Então a maior parte da mídia está controlada pelos próprios congressistas que, claro, fazem dela um instrumento de sua própria perpetuação. Eu acho realmente triste o cenário que nós temos na mídia, atrelada às piores causas, sensacionalista no pior sentido, pouco preocupada com pautas que não sejam “pautas bombas” e muito pouco democrática, como ficou em evidência no comportamento perante o impeachment. Realmente, eu sou crítica em extremo dessa situação e me parece que esta foi uma das principais falhas do governo do Partido dos Trabalhadores. Um erro crasso de avaliação do poder da mídia que se tornou fatal.

